

EM GUERRA, PELA PRETENSÃO DE “INVENTAR” O ESTADO BRASILEIRO NO GRÃO-PARÁ: 1823-25

André Roberto de A. Machado¹

No início de 1824, começou a chegar até as autoridades do Rio Negro, na época uma das três comarcas da província do Grão-Pará, uma série de correspondências enviadas por homens que se diziam membros da recém-fundada Junta Militar Provisória da vila de Santarém. A existência dessa Junta tratava-se, sem dúvida, de uma novidade e os remetentes não ignoraram a necessidade de explicá-la. Logo na primeira carta, expunham que a guerra civil que tomara grande parte do leste da província, tendo seu foco irradiador na vila de Cameté, agora estava às portas de Santarém, sendo a conquista desta o último passo para que os “facciosos” chegassem à comarca do Rio Negro. Segundo a Junta, mais de 400 rebeldes – número superior à população livre de muitos povoados do Grão-Pará² - estavam nos limites da vila, já tendo assumido o controle sobre Monte Alegre e ameaçando Alenquer, regiões que, com a chegada dos “facciosos”, foram progressivamente abandonadas pelos moradores brancos que, por sua vez, foram pedir auxílio em Santarém³. Segundo as cartas enviadas ao Rio Negro, a chegada desses moradores das vilas vizinhas causou um alvoroço entre os habitantes de Santarém que passaram a pressionar a Câmara para que esta tomasse providências, objetivando preparar-se militarmente para enfrentar os rebeldes, de forma a barrar o seu avanço em direção ao oeste da província. Foi neste contexto que nasceu a Junta Militar Provisória de Santarém⁴, um dos capítulos decisivos do longo e errático processo de incorporação do Grão-Pará ao Império Brasileiro⁵.

A criação da Junta Militar Provisória de Santarém representou a consolidação de um centro alternativo de poder na província que durou por boa parte do ano de 1824. Ocupando um papel estratégico na rede hidrográfica do Grão-Pará, Santarém já era naquela época uma das vilas mais importantes da província por ser o centro para onde

convergia grande parte dos produtos do “sertão” e do Mato Grosso antes de serem enviados para o exterior a partir do porto de Belém, situação que favoreceu que se formasse ali uma rica elite⁶. Com o avanço dos rebeldes e a formação da Junta Provisória, por vários meses essa elite também conseguiu transformar Santarém na liderança política e militar da região, já que grande número de homens e de munição foram transportados das vilas vizinhas e da comarca do Rio Negro para ficar a disposição da Junta. Aliás, este esforço coletivo, por si só, dá a dimensão do poder de fogo dos “facciosos”, uma vez que só com a reunião dos recursos bélicos das diversas vilas foi possível barrar o avanço da guerra em direção ao oeste.

A formação da Junta Militar de Santarém, no entanto, é apenas um dos capítulos, ainda que decisivo, daquilo que constitui o foco central desta apresentação: a sangrenta guerra civil que se travou por quase toda a extensão territorial do Grão-Pará logo após o alinhamento oficial desta província ao governo do Rio de Janeiro, em agosto de 1823. Contudo, por conta dos limites de formatação impostos a este texto, só é possível apontar aqui algumas questões do contexto da formação da Junta Militar, esperando-se que este seja um bom mote inicial para se compreender o todo deste processo que atingiu o conjunto da província. Deste modo, a primeira questão a se responder é por que, naquele momento, criou-se um centro alternativo de poder para combater os rebeldes, com autonomia em relação a Belém, ao invés da capital tomar a liderança na repressão? Em segundo lugar, qual era a motivação desse conflito que se espalhara por toda a província e que agora estava às portas de Santarém? E, por último, quem eram os ditos “facciosos” que a Junta pretendia combater e que, em muitos casos, tinham atravessado grande parte da província, em expedições militares, para chegar aquele ponto?

Para responder à primeira questão, um dado revelado pela Junta em uma de suas correspondências com o Rio Negro, datada de março de 1824, é muito importante: segundo o comando militar de Santarém todas as comunicações desta região com a

Capital da província estavam cortadas há mais de três meses, uma vez que os rebeldes “infestavam” toda a vasta rede hidrográfica que dava acesso a Belém⁷. Meses depois, quando se conseguiu restabelecer o contato com a Capital, já em meados de 1824, as palavras do Presidente da Província foram de total apoio à Junta Provisória, mas sem nenhuma promessa concreta de auxílio, deixando claro que Belém não poderia ser mais do que um espectador da guerra que estava sendo travada na região do Tapajós⁸. A impossibilidade das autoridades da capital interferirem militarmente nesta região era, na verdade, conseqüência de algo ainda mais surpreendente: àquela altura, a manutenção da autoridade do presidente da província era frágil até mesmo em Belém, uma vez que progressivamente tinha-se perdido o controle sobre as forças armadas paraenses que, então, passaram a protagonizar as revoltas que se espalhavam por todas as regiões mais importantes do leste da província⁹. Nesse sentido, a situação era tão delicada para as autoridades de Belém que estas escreveram sucessivas cartas à Corte, afirmando que, se o Rio de Janeiro não enviasse reforços militares, em breve a província do Pará estaria totalmente arruinada e perdida para o Império brasileiro¹⁰.

Até 1825, aliás, este foi um prognóstico persistente na vida política paraense. Tanto era assim, que é farta a documentação registrando que para grande parte dos homens do período, tudo levava a crer que a “solução brasileira” no Grão-Pará, que emergiu como uma alternativa de superação da crise do Antigo Regime Português¹¹, seria provisória. Esse descrédito em relação à longevidade do “Sistema do Rio de Janeiro” no Grão-Pará se sustentava no fato de que, até 1825, os partidos paraenses ainda acreditavam na viabilidade de diferentes projetos políticos de tipo nacional. Isso provocou uma instabilidade permanente, muitas vezes impulsionando os partidos para o conflito armado o que, por sua vez, aumentava as incertezas dos contemporâneos em relação ao destino político da província.

Entre os projetos políticos de tipo nacional que até 1825 foram vislumbrados como um futuro possível pelos partidos do Grão-Pará, pode-se fazer uma primeira distinção: de um lado estavam os que, por princípio, negavam o “Sistema do Rio de Janeiro”. Neste sentido, pode-se citar tanto a Confederação do Equador que, por conta da longa indefinição do Maranhão em relação a este movimento, causou grande instabilidade no Pará¹², como também a expectativa de reconquista do Grão-Pará por Portugal, idéia que só perdeu força em 1825¹³.

A pesquisa desenvolvida até aqui demonstra que estes projetos de futuro foram capazes de mobilizar um grande número de homens no Grão-Pará neste período, produzindo diversos conflitos, alguns deles, inclusive, armados. No entanto, a guerra civil que se espalhara por toda a província e que agora estava às portas de Santarém era motivada principalmente pelo violento embate entre partidos que defendiam projetos políticos de tipo nacional que, ao contrário dos dois acima citados, não negavam a subordinação ao governo liderado por D. Pedro I. Neste sentido, é justificável a pergunta: uma vez que estes projetos convergiam para o alinhamento com o Rio de Janeiro, por que lutavam entre si?

Pode-se apontar, com base nos documentos reunidos até agora, uma razão principal para estes embates: ao contrário do que em geral supôs a historiografia, nos primeiros meses que se seguiram ao juramento de fidelidade das autoridades de Belém a D. Pedro I não existia uma idéia clara entre os paraenses sobre qual seria o modelo do Estado brasileiro a ser implantado no Grão-Pará. Neste sentido, as poucas instruções trazidas por Grenfell¹⁴ - que em agosto de 1823 era o mais graduado representante do Rio de Janeiro em Belém - eram tão vagas que não respondiam as mais elementares questões sobre a formação deste Estado: por exemplo, qual deveria ser a forma do novo governo da província? Seria um governo eleito? Como se daria a eleição? Quem podia ser candidato e quem podia ser eleitor? Quais deveriam ser as primeiras medidas do novo governo para

adequar a província à nova situação política? Nenhuma instrução do Rio de Janeiro respondia a estas questões, de modo que os paraenses literalmente “inventaram” as regras para formar o seu primeiro governo depois da ruptura com Lisboa¹⁵. E como, durante um longo tempo, o silêncio da Corte se manteve, a falta de balizas legais claras permitiu que os diferentes grupos políticos igualmente acreditassem que seria possível moldar o Estado brasileiro no Grão-Pará segundo os seus interesses. Neste sentido, a leitura da documentação é surpreendente por demonstrar que durante muitos meses, entre os paraenses, tanto grupos que pleiteavam mudanças radicais como outros que esperavam manter ao máximo a ordem estabelecida, igualmente acreditavam que o novo Estado brasileiro garantiria as suas pretensões.

De início, portanto, não estava claro para os paraenses se o “Sistema do Rio de Janeiro” era um projeto político radical ou conservador, o que deu margem suficiente para que diferentes grupos políticos “inventassem” um modelo de Estado que melhor atendia aos seus interesses de grupo e passassem a buscar identificar a defesa desse modelo como a defesa da “verdadeira causa da independência”. Neste sentido, outra questão é importante: a partir da leitura de uma farta documentação, é possível afirmar que naquele período os paraenses não viam a independência como uma obra concluída ou fechada, mas como algo em construção que deveria ser imposto pela luta. Deste modo, os grupos que desejavam mudanças mais radicais diziam que lutavam para fazer vencer a “verdadeira causa da independência”, mesmo argumento utilizado pelos grupos conservadores que afirmavam que a província estaria perdida para o Rio de Janeiro se os “facciosos” tivessem sucesso, pois para eles os rebeldes pertenciam a um “partido anti-social” ou ao “partido da anarquia” que levaria o Grão-Pará à ruína. É só conhecendo este contexto que se compreende a aparente contradição presente na documentação deste período: afinal, lá se vê os líderes da Junta Militar Provisória de Santarém justificarem

como a “defesa da independência” a sua luta contra os rebeldes, mesmo que estes invadissem vilas e povoados aos gritos de “Viva a D. Pedro I” e “Viva a Independência”¹⁶. Por último, falta esclarecer quem eram os ditos “facciosos”. Em primeiro lugar, é preciso dizer que entre as elites paraenses a falta de balizas legais claras a respeito do modelo do Estado brasileiro provocou sérios conflitos, pois estas elites estavam divididas em diferentes partidos que continuamente “inventavam” regras para o funcionamento deste novo Estado com o objetivo de alijar do poder seus adversários, buscando cada partido identificar a defesa das suas regras como a defesa da “verdadeira causa da independência”¹⁷. Contudo, não eram membros das elites os homens a quem costumeiramente as autoridades de Belém ou de Santarém chamavam de “facciosos”, “rebeldes”, ou membros do “partido anti-social”. Esta designação era usada para marcar aqueles que defendiam projetos políticos de tipo nacional considerados “radicais”. Ao ler os ofícios produzidos na capital, em Cametá ou em Santarém, não restam dúvidas de que eram assim chamados os grupos armados que eventualmente poderiam ter escravos africanos em suas fileiras, mas que eram formados principalmente por homens pobres livres e, sobretudo, por tapuios¹⁸.

A designação de tapuio era dada aos indígenas destribalizados que viviam espalhados pelas vilas, povoados e pela cidade do Pará, sendo que estes homens constituíam ainda no começo do século XIX a maior parte da mão de obra da província¹⁹. Obrigados por mecanismos legais ou pela força a servir de forma compulsória em trabalhos de particulares e em obras públicas, os tapuios eram ao mesmo tempo grande parte dos homens que compunham tanto as forças armadas paraenses como as centenas de desertores espalhados pela província. O engajamento dos tapuios nos conflitos deste período foi o ingrediente que permitiu que guerra civil ganhasse as dimensões a que chegou no Grão-Pará. Isto porque, sendo grande a adesão destes indígenas aos rebeldes que chegavam às vilas do interior, as forças armadas locais acabavam sendo,

invariavelmente, as protagonistas dos levantes, o que no plano provincial significava que à medida que a revolta se espalhava, de modo inversamente proporcional diminuía os recursos militares para que o governo de Belém pudesse resistir, o que favorecia, num círculo vicioso, novas expansões do movimento rebelde²⁰.

E lutaram por que? Os tapuios, assim como outros grupos, acreditavam realmente que a implantação do Estado brasileiro garantiria o seu projeto político²¹, uma vez que para eles a independência era a vitória de uma revolução. Neste sentido, na pesquisa em curso, já se reuniu documentação para demonstrar que os tapuios estiveram atentos às novidades políticas abertas pela adesão à Revolução do Porto, buscando encontrar nelas meios para minar as estruturas que sustentavam a exploração compulsória do seu trabalho, identificando o fim do “despotismo” como a derrubada dos agentes responsáveis pelo recrutamento forçado da sua mão de obra²². O avanço das reivindicações dos tapuios, aliás, foi um dos fatores que contribuíram para que as elites paraenses julgassem, ao longo de 1823, que não tinham meios para garantir a ordem interna e que precisavam de apoio militar externo²³.

Quando se formalizou a ruptura da província com Lisboa, esta questão chegou a uma encruzilhada: os que se beneficiavam do trabalho compulsório pretendiam que tudo que envolvia a exploração desta mão-de-obra voltasse à mesma condição em que estava antes de 1821, enquanto os tapuios entendiam que o alinhamento ao “Sistema do Rio de Janeiro” era uma oportunidade para fazer avançar suas pretensões. Estas diferentes leituras políticas daquele momento histórico são uma das questões centrais para se compreender a guerra civil travada no Grão-Pará, logo após a Independência.

Por fim, cabe ressaltar que este é um dos conflitos, analisados na pesquisa de doutorado em curso, que permitem afirmar que a crise política no Grão-Pará não foi superada com o alinhamento da província ao “Sistema do Rio de Janeiro”, mas sofreu apenas um novo enquadramento.

¹ Doutorando do programa de História Social da Universidade de São Paulo, bolsista FAPESP. Esta apresentação pontua uma parte dos resultados preliminares da pesquisa de doutorado em curso - *A Quebra da Mola Real das Sociedades. A Crise Política do Antigo Regime Português no Grão-Pará: 1821-25* (título provisório).

² Na verdade, este número chegava a ser superior até a população livre de muitas vilas da província. Sobre dados populacionais, veja de Antonio Ladislau Monteiro Baena – *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Belém, Typographia de Santos & Menor, 1839.

³ Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) – Códice 792 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. sem número (ofício de 26 de março de 1824).

⁴ Documentos do Arquivo Público do Estado do Pará – Códice 796 – Correspondência da Junta Militar Provisória de Santarém com Diversos (1824). Transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12. Belém, Secdet, 1981, pp. 58-60 e 153-157.

⁵ Em sua famosa introdução ao clássico de Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos* – Arthur Cezar Ferreira Reis se queixava do silêncio da historiografia, e sobretudo de Raiol, sobre a organização da Junta Militar de Santarém, uma vez que para ele este episódio teve grande importância na incorporação da província do Grão-Pará ao Império Brasileiro. Veja a introdução para a obra de Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1825*. Belém, UFPA, 1970, pp. 1-6. Valendo-se de documentos do Arquivo Público do Pará e numa perspectiva muito diferente da apresentada neste texto, o próprio Reis buscou “reparar” este silêncio da historiografia dedicando a este assunto um capítulo do livro que escreveu sobre a história de Santarém. Veja de Arthur Cezar Ferreira Reis – *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

⁶ Johann Baptist Von Spix & Carl Friedrich Philipp Martius – *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte / São Paulo, Itatiaia / Edusp, 1981, capítulo 3 do livro 8. Veja também de Antonio Ladislau Monteiro Baena – *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Op. Cit, pp. 332-335.

⁷ APEP – Códice 792 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. sem número (ofício de 23/03/1824). É preciso dizer que a interrupção das comunicações entre Belém e Santarém também era um desastre do ponto de vista econômico, uma vez que o comércio entre estas duas partes da província representava o setor mais dinâmico da economia paraense no período.

⁸ APEP – Códice 794 – Correspondência de diversos com o governo (1824), d. 65.

⁹ Em Belém, por conta de levantes e do medo de novas sublevações dos militares, as tropas foram desarmadas em outubro de 1823 e permaneceram assim ainda durante algum tempo em 1824. Neste período, o governo manteve sua autoridade, ainda que de maneira frágil, com o auxílio de milícias compostas por cidadãos brancos, o recrutamento forçado de marinheiros mercantes que eventualmente estivessem ancorados em Belém e a participação voluntária de negociantes estrangeiros residentes na cidade, sobretudo, ingleses. Sobre isto, veja na Biblioteca Nacional (RJ) – I, 28, 31, 25 – Coleção Martins. Pará, Administração e Política. “Relação das ocorrências recentes neste paiz, prisão de soldados de linha, remessa destes para bordo de um navio onde forma mortos em número de 260 e tantos, ficando vivos apenas 4. Um dos grandes serviços do Conde Grienfeld!” Pará, 11/11/1823 (seção de manuscritos); Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU) – ACL – CU 013, CX. 162, D. 12.371 (Projeto Resgate); APEP – Códice 673 – Cônsules (1814-26), ds. 61 e 66.

¹⁰ APEP – Códice 756 – Correspondência da Junta com Diversos (1823-24), d. 677. Veja também o documento transcrito na obra de Palma Muniz – “Grenfell na História do Pará”. IN: *Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*. Tomo 10. Belém, Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1926, p. 222.

¹¹ No começo da década de 1820, frente à crise do Antigo Regime Português na América, no Grão-Pará coexistiram múltiplos projetos políticos de tipo nacional. Nesse contexto, até 1823, o alinhamento da província ao governo independente do Rio de Janeiro foi um projeto de futuro que merecia uma baixa adesão política no Grão-Pará, estando, durante a maior parte deste período, à margem dos debates e dos conflitos ali travados. Para uma análise deste processo que, a despeito dessa situação inicial adversa, resultou na incorporação do Grão-Pará ao Império Brasileiro, veja de André Roberto de A. Machado – “As Esquadras Imaginárias. No extremo-norte, episódios do longo processo de independência do Brasil”. Texto disponível no site: www.ieb.usp.br. Veja também, entre outros, de Geraldo Mártires Coelho – *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes. A Imprensa Liberal no Pará de 1822*. Belém, CEJUP, 1993; e de José Alves de Souza Jr. – *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820-23)*. Campinas, UNICAMP, 1997. Dissertação de Mestrado.

¹² Na pesquisa de doutorado em curso, tem-se dado um enfoque diferente ao impacto da Confederação do Equador no Pará. Diferentemente da abordagem clássica, especialmente a consagrada por Raiol, acredita-se que para os paraenses a questão mais importante deste contexto estava fora da província: trata-se da longa indefinição do Maranhão em relação a Confederação. Como os paraenses tinham grande dependência econômica e fortes laços políticos com o Maranhão, para muitos a posição da província vizinha neste assunto seria tão decisiva para o destino do Grão-Pará quanto havia sido na independência.

¹³ Na pesquisa de doutorado em curso, também foi possível reunir uma farta documentação que demonstra cabalmente que, durante o final de 1823 e todo o ano de 1824, tinha-se como certo no Grão-Pará que Portugal faria um ataque à província. Além de causar uma enorme agitação entre a população, as notícias que chegavam através de cartas que particulares recebiam de parentes em Lisboa, ou mesmo por meio de instruções enviadas pelo Rio de Janeiro, deram uma certeza tão grande em relação ao ataque de Portugal que foram tomadas várias medidas militares preventivas. De modo complementar, também foi possível encontrar documentos comprovando que, apesar de ter sido abortado, realmente existiu um plano de ataque ao Pará que foi pensado pelo governo de Lisboa ao longo do ano de 1824. Veja, entre outros documentos, APEP – Códice 791 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 87; APEP – Códice 686 – Correspondência da Metrópole com o Governo (1816-1824), d. 144; AHU – ACL – CU 013, CX. 163, Ds. 12.421 e 12.424 (Projeto Resgate)

¹⁴ Grenfell foi um dos mercenários ingleses contratados por D. Pedro, estando no comando da força naval que ameaçou atacar Belém, em agosto de 1823, caso não se jurasse ali fidelidade ao governo do Rio de Janeiro. Nesta ocasião, as instruções trazidas por ele resumiam-se a duas garantias: em primeiro lugar, afirmava-se que os paraenses, em conjunto com os outros brasileiros, teriam o direito de fazer as suas próprias leis. Em segundo lugar, garantia-se que seriam respeitadas as propriedades tanto dos nascidos na América quanto dos que nasceram na Europa, desde que jurassem fidelidade a D. Pedro. E era só. Grenfell não trazia nenhuma outra instrução ou determinação legal. Veja, entre outros, de Brian Vale – *Independence or Death! British Sailors and Brazilian Independence, 1822-25*. Londres, Tauris Academic Studies, 1996; e de José Honório Rodrigues – *Independência: Revolução ou contra-revolução*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.

¹⁵ A melhor descrição sobre a formação do primeiro governo paraense após o alinhamento ao “Sistema do Rio de Janeiro” está na obra de Palma Muniz – *Adesão do Grão-Pará à Independência*. 2ª edição, Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1973, pp. 391-397.

¹⁶ Veja, entre outros, APEP – Códice 792 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. sem número (ofício de 02/03/1824); APEP – Códice 789 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 31.

¹⁷ A campanha pela demissão de antigos funcionários públicos ilustra bem esta questão quando observado os argumentos usados pelos dois lados em disputa. Parte desta discussão pode ser acompanhada através da leitura da obra de Domingos Antonio Raiol – *Motins Políticos*, Op. Cit, pp. 43-44. Veja também o instigante ofício escrito pelo oficial Jacinto José Alcântara, localizado no APEP – Códice 751 – Correspondência de Diversos com o governo da Província do Pará (1823), d. 159.

¹⁸ São vários os documentos que deixam claro que a maior parte dos rebeldes eram tapuios. Veja, entre outros, APEP – Códice 750 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823), d. 132. Veja também o documento transcrito IN: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo 12, pp. 54-55.

¹⁹ Na verdade, estes indígenas destribalizados que viviam espalhadas pelas vilas, povoados e pela cidade do Pará recebiam diversas classificações – tapuios, índios civilizados ou caboclos – que eram atribuídas a esses indígenas segundo o seu grau de incorporação à cultura dos brancos, o que envolvia uma considerável multiplicidade de situações concretas. De toda forma, será utilizado aqui o termo “tapuio” para designar genericamente a esses indígenas.

Sobre os tapuios há uma série de referências na documentação, mas pouca coisa na bibliografia. Veja de José Ribamar Bessa Freire – *Da Língua Geral ao Português. Para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2003. Tese de Doutorado, pp. 157-162. David Cleary – “Lost Altogether to the Civilised World: Race and Cabanagem in Northern Brazil, 1750 to 1850”. IN: *Comparative Studies in Society and History*. 1988; e de Carlos de Araújo Moreira Neto – *Índios da Amazônia, de maioria à minoria. 1750-1850*. Petrópolis, Vozes, 1988.

²⁰ Outra questão que dificultava a resistência de Belém era o fato de não se estar diante de uma série de revoltas isoladas. Ao contrário disto existia um alto grau de articulação dos rebeldes, ainda que isto não tenha significado um comando único para todo o movimento. Neste sentido, a documentação evidencia que existiam ações que pensavam as disputas numa estratégia que abarcava toda a província. Exemplo concreto disto é o fato dos “facciosos” terem organizado expedições militares que tinham objetivos estratégicos, como a tomada da Ilha de Marajó, em 1824, que tinha a pretensão, publicamente conhecida, de se cortar o envio de alimentos para Belém e dessa forma coloca-la sob sítio. APEP – Códice 788 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. sem número; APEP – Caixa 31 – série 13 – Ofício dos Comandantes Militares (1824), d. 35; APEP – Códice 758 – Ofícios da Junta a Grenfell (1823-24), d. 113; APEP – Caixa 31 – série 13 – Ofícios dos Comandantes Militares (1824), d. 94.

²¹ Obviamente, não se pode pensar aqui em projeto político nos moldes classicamente atribuídos às comunidades letradas. Contudo, parece fora de dúvida que as ações dos tapuios, brevemente apontadas neste texto, eram amalgamadas por motivações comuns que eram fruto de expectativas nascidas de uma leitura política da realidade vivida. Precisar melhor esta questão é um dos esforços desta pesquisa.

²² Veja, entre outros documentos, AHU – ACL – CU 013, CX. 151, Ds. 11.654 e 11.644.

²³ Ver de André Roberto Machado – “As Esquadras Imaginárias. No extremo-norte, episódios do longo processo de independência do Brasil”, Op. Cit.